

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º – 09/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, EM GUARATUBA/PR, COM EXTENSÃO DE 20,759 KM, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NESTE EDITAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1	IDENTIFICAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09/2026 COMPRAS.GOV.BR N.º 90009/2026 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, EM GUARATUBA/PR, COM EXTENSÃO DE 20,759 KM, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NESTE EDITAL
1.2	MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: CONCORRÊNCIA – TÉCNICA E PREÇO.
1.3	MODO DE DISPUTA: FECHADO.
1.4	REGIME DE EXECUÇÃO: EXECUÇÃO INDIRETA – PREÇO GLOBAL.
1.5	PREÇO MÁXIMO: R\$ 1.089.994,01 (um milhão, oitenta e nove mil novecentos e noventa e quatro reais e um centavo).
1.6	PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (seis) meses
1.7	ACOLHIMENTO / ABERTURA / DIVULGAÇÃO DE PROPOSTAS: ATÉ 08 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 08 de julho de 2026 INÍCIO DA SESSÃO: ATÉ 08 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 08 de julho de 2026 ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal, no sítio: www.gov.br/compras . Observação: sempre será considerado o horário de Brasília/DF para todas as indicações de tempo para esta licitação.

1.8	<p>DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E MEIOS DE COMUNICAÇÃO</p> <p>Endereço eletrônico: www.gov.br/compras Endereço eletrônico: portal.guaratuba.pr.gov.br Endereço eletrônico: licitacao@guaratuba.pr.gov.br</p> <p>Endereço físico: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente Av. 29 de abril, 425 Guaratuba-PR</p>
-----	--

2. LEGISLAÇÃO

2.1 Rege a presente licitação a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a legislação do Município de Guaratuba, aplicando-se, no que couber, demais normas em vigor que regulam a espécie.

3. IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

3.1 O presente Edital poderá ser impugnado em seus termos por ato escrito, motivado e fundamentado, endereçado ao Presidente da Comissão de Contratação.

3.2 Nos termos dos Arts. 164 e 183 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para a apresentação de pedidos de impugnação encerrar-se-á em **03 de julho de 2026**.

3.3 A impugnação, tempestiva, não impede a participação do potencial licitante no respectivo certame.

3.4 Serão aceitos pedidos de impugnações enviados no www.gov.br/compras ou para o licitacao@guaratuba.pr.gov.br ou incluídos em campo próprio no sítio (com o documento anexado à inclusão).

3.5 Havendo dúvidas quanto aos termos do presente Edital, os interessados poderão formular, por escrito, as respectivas consultas, indicando precisamente os pontos a serem esclarecidos e dirigi-las ao Presidente da Comissão de Contratação, devendo, para tanto, registrá-las em campo próprio no www.gov.br/compras ou para o licitacao@guaratuba.pr.gov.br.

3.6 As consultas serão admitidas no prazo equivalente ao das impugnações deste Edital, conforme subitem 3.2.

3.7 As respostas às consultas de que trata o subitem 3.6 serão divulgadas aos licitantes mediante correspondência eletrônica, no sítio porque são de observância obrigatória a todos os interessados, uma vez que são concebidas como normas complementares do Edital.

3.8 É de responsabilidade do licitante a verificação regular e obtenção via *download* dos atos disponibilizados no www.gov.br/compras e <https://cidadao.guaratuba.pr.gov.br/>

4. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, EM GUARATUBA/PR, COM EXTENSÃO DE 20,759 KM, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NESTE EDITAL

4.2 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos pertinentes correrão às expensas da **seguinte dotação**:

REDUZIDO – DOTAÇÃO – DESCRIÇÃO – FONTE

978 – 1400115451001620403390390000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - 511

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Respeitadas as condições normativas vigentes, poderá participar desta licitação qualquer licitante legalmente estabelecido no país e que atenda às exigências deste Edital.

5.1.1 A licitante estrangeira deverá atender à Resolução n.º 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

5.2 Não poderá participar do presente certame as licitantes que:

5.2.1 Tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

5.3 Não funcionem no país, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

5.4 Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Municipal de Guaratuba/PR ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5 Servidor ou dirigente do Município de Guaratuba/PR, bem como a licitante da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

5.6 As demais licitantes de que trata o Art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- Encontre-se suspenso temporariamente de licitar e contratar com o Município de Guaratuba;
- Licitante estrangeiro não autorizado a funcionar no país;
- Licitantes controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e,
- Que se enquadrem nas demais disposições estabelecidas no **Anexo I – Termo de Referência**;

5.7 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

5.8 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas neste Edital.

5.9 A Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5.10 Será permitido à participação de licitantes reunidos em consórcio conforme **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

5.10.1 Fica impedido o consorciado participar, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

5.11 Fica vedada a participação de profissional(is) indicado(s) por mais de um licitante.

5.12 O licitante deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir sua habilitação na presente licitação e ainda pela autenticidade de todos os documentos que vierem a ser apresentados.

5.13 O licitante deverá arcar com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.

5.14 Havendo possibilidade de subcontratação dos serviços prevista no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital, aplica-se também aos eventuais subcontratados as condições para participação deste Edital.

6. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de *login* e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos mediante o devido credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras.

6.2 As informações para o acesso ao certame podem ser obtidas no sítio www.gov.br/compras.

6.3 O *login* e a senha válidos poderão ser utilizados em qualquer licitação no sítio www.gov.br/compras.

6.4 O uso e o sigilo da senha de acesso pelas licitantes são de própria e exclusiva responsabilidade, bem como qualquer transação efetuada diretamente por estas ou por seu

representante;

6.5 O credenciamento da licitante e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

6.6 Ao participar do certame através do sistema eletrônico, será considerado que a licitante tem o pleno conhecimento, anuência e atendimento às exigências previstas no Edital.

6.7 O presente certame será disputado com base no valor máximo da licitação, devendo ser postadas as propostas no sítio www.gov.br/compras. Para maiores esclarecimentos da forma de disputa, acessar o sítio www.gov.br/compras.

6.8 O preço total da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela Administração Pública. A proposta também não poderá apresentar preços unitários a serem pagos, por produto, superiores aos preços unitários estabelecidos neste Edital. Esta verificação será feita quando na avaliação da proposta mais bem classificada.

6.9 A proposta que não vier a cumprir as exigências requeridas neste Edital será desclassificada.

7. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

7.1 As propostas de preços (preenchimento do valor, de acordo com o campo fornecido pelo sistema) e as propostas técnicas (anexo) deverão ser postadas a partir da data de publicação do Edital pelo sistema disponível no sítio www.gov.br/compras, podendo ser substituídas ou excluídas até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando se encerra a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. O licitante que não anexar sua proposta técnica até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública será desclassificado automaticamente pelo sistema.

7.2 Os preços unitários e total para a prestação dos serviços serão ofertados em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

7.3 As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus Anexos.

7.4 A simples apresentação de proposta implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

7.5 A proposta de preços deverá conter o objeto e o preço, bem como estar em conformidade com as exigências contidas neste Edital e em seus Anexos.

7.6 A proposta técnica deverá obedecer à relação indicada neste Edital e seus Anexos, mas poderá ser acompanhada por documentos complementares não relacionados.

7.7. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e poderá desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, inclusive no tocante ao preço máximo fixado.

7.8 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

7.10 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará na desclassificação de suas propostas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.11 Todas as propostas classificadas serão consideradas.

7.12 A proposta de preços deverá ter mês de referência conforme orçamento base da Administração e terá validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

8. CRITÉRIOS DE DISPUTA

8.1 A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão será aberta automaticamente pelo sistema, bem como serão abertas as propostas apresentadas.

8.2 A verificação da conformidade das propostas de preços e das propostas técnicas será feita exclusivamente na fase de julgamento.

8.3 Iniciada a sessão pública, a Comissão de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas às propostas de preço e às propostas técnicas, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento.

8.3.1 Eventual postergação do prazo acima será comunicada tempestivamente via sistema, de forma a não cercear o direito de recorrer dos licitantes.

8.3.2 Encerrados os prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de preços e das propostas técnicas em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

8.4 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, sob pena de, em não o fazendo, serem aplicadas as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

8.5 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

8.6 Após a definição da licitante mais bem classificada, o Presidente da Comissão de Contratação advertirá sobre a abertura de prazo para que a licitante encaminhe os documentos para habilitação.

8.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

9. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

9.1 Após o julgamento preliminar das propostas de preços e das propostas técnicas, a Comissão de Contratação solicitará, por meio do sistema eletrônico do sítio www.gov.br/compras, os documentos para habilitação do licitante que obteve a maior pontuação a partir da ponderação das notas atribuídas aos aspectos de preços e de técnica definidos neste Edital e seus Anexos, para que este, no prazo de 1 (um) dia útil, os apresente.

9.2 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em campo próprio do sítio www.gov.br/compras, sujeitando-se a licitante às sanções previstas neste Edital em caso de não apresentação.

9.2.1 Por motivo de força maior, caso a licitante não consiga enviar os documentos para habilitação no sítio www.gov.br/compras, deverá informar o ocorrido e encaminhá-los via *e-mail* para licitacao@guaratuba.pr.gov.br, tudo dentro do prazo determinado inicialmente para o seu envio.

9.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão obedecer à relação indicada neste Edital e seus Anexos, mas poderão ser acompanhados por documentos complementares não relacionados.

9.3.1. Todas as folhas dos documentos para habilitação deverão ser apresentadas preferencialmente numeradas de forma sequencial, de modo a refletir o seu número exato. Os documentos poderão ser apresentados em cópias e atestados pela própria Comissão de Contratação, mediante cotejo da cópia com o original, ou ainda, mediante versão ou autenticação extraída de sítio oficial do órgão emissor do respectivo documento. A Comissão de Contratação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar os originais de quaisquer documentos apresentados, se julgar necessário.

9.4. Caso o licitante que obteve a maior pontuação indicada acima seja considerado habilitado, serão divulgados o resultado do certame e a declaração de vencedor, bem como serão abertos os prazos para manifestação da intenção de recorrer e para interposição de recursos face ao resultado do julgamento e da habilitação.

9.5. Caso este licitante seja considerado inabilitado, será(ão) convocado(s) o(s) licitante(s) subsequente(s), em ordem de classificação, para que, no mesmo prazo acima, apresente(m) sua proposta adequada ao valor ofertado ou negociado e seus documentos para habilitação conforme Edital e, se necessário, documentos complementares, até que haja licitante habilitado, e então serão divulgados o resultado do certame e a declaração de vencedor, bem como serão abertos os prazos para manifestação da intenção de recorrer e para interposição de recursos face ao resultado do julgamento e da habilitação.

9.6 Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes, exaurida a lista de participantes, após todas as análises, será divulgado o resultado do julgamento das propostas de preços e das propostas técnicas, e da análise dos documentos para habilitação, bem como será aberto o prazo de manifestação da intenção de recorrer.

10. SANEAMENTO E DILIGÊNCIAS

10.1 Em qualquer fase da licitação, poderão ser promovidas as diligências que a Comissão de Contratação entender necessárias, assim como adotar medidas de saneamento, desde que não seja alterada a substância da proposta, destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação para habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

10.2 Quando verificada a presença de vício insanável, poderá ocorrer o afastamento de licitante, conforme Lei 14.133/21.

11. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.1 A Comissão de Contratação constitui-se pelos servidores municipais designados na portaria nº 15977/2026.

12. CONDIÇÕES PARA INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

12.1 Para atuar no certame, a licitante deverá nomear um representante legal que poderá ser credenciado de acordo com o modelo do **Anexo V – Carta Credencial** deste Edital, ou procuração, por instrumento público ou particular, em que se encontrem os necessários poderes de representação, não sendo permitido o mesmo representante para mais de uma licitante, ou ainda, indicar seu responsável legal, que deverá comprovar essa qualidade mediante apresentação de cópia de contrato social, estatuto ou documentos correlatos.

12.2 A licitante deverá indicar os endereços comercial e eletrônico atualizados, aptos a receberem eventuais comunicações decorrentes desta licitação.

12.3 O representante indicado deve zelar pelo gerenciamento e manutenção dos endereços informados, comunicando qualquer alteração ao Presidente da Comissão de Contratação, sob pena de responder pelo não recebimento das informações pertinentes.

12.4 As comunicações dirigidas ao representante indicado suprem, para todos os efeitos, o dever do Município de dar conhecimento dos atos praticados.

12.5 O disposto nos subitens anteriores não se aplicam à comunicação dos atos de classificação e desclassificação das propostas; habilitação e inabilitação do licitante; homologação; anulação e revogação da licitação; e demais atos publicados no <https://cidadao.guaratuba.pr.gov.br/> e www.gov.br/compras.

13. PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 A proposta de preços deverá ser constituída dos seguintes elementos:

13.1.1 Carta Proposta, conforme modelo do **Anexo IV – Carta Proposta** deste Edital, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda:

- a) preço total para a execução dos serviços objeto da licitação;
- b) mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração;
- c) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da abertura da licitação; e,

13.1.2 Proposta de Preços, contendo Quadro Resumo de Preços, Quadro de Quantidades e Preços Unitários por Produto e Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas, conforme **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital; e,

13.1.3 Cronograma Físico e Financeiro, conforme **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

13.1.4 Os quadros da Proposta de Preços e dos Cronogramas Físico e Financeiro, conforme Termo de Referência deste Edital, deverão ser assinados por Engenheiro Civil, como dispõe os Arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

13.2 No preço proposto deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre o mesmo, representando a compensação integral para todos os impostos, taxas, seguros, operações, transportes, materiais, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros necessários à completa execução dos serviços. Todos os dados informados

pela licitante deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

13.3 A contratada é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir: (i) cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual; (ii) cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da proposta e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

13.4 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

13.5 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou, (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

13.6 O preço deverá ser apresentado com 2 (duas) casas decimais.

13.6.1 As operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

13.7 Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta da contratada.

14. PROPOSTA TÉCNICA

14.1 A proposta técnica deverá ser constituída dos seguintes elementos, conforme **item 17 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital:

14.1 A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com critérios que abordarão o plano de trabalho proposto, a capacidade técnica e o respectivo quadro técnico apresentado.

14.2 A Nota da Proposta Técnica (NPT) será formada pela soma da nota da Proposta Metodológica (NPM1) com a nota do Plano de Trabalho (NPT1), onde:

14.2.1 Na Proposta Metodológica a proponente deverá demonstrar conhecimento sobre os assuntos relativos à elaboração de projeto executivo para vias urbanas, considerando aspectos metodológicos correlacionados às tarefas que está se propondo a realizar, incluindo proposições de modificações e/ou métodos de trabalho que venham a ser mais eficazes e eficientes em relação ao modelo básico de atuação e na obtenção de resultados esperados na execução dos serviços objeto desta Licitação. A Proposta Metodológica deverá ter no mínimo 05 (cinco) páginas e no máximo 8 (oito) páginas. **(Nota da Metodológica (NPM1) = Pontuação máxima = 25 pontos);**

14.2.2 No Plano de Trabalho será examinado o seu detalhamento, a sua funcionalidade e adequação à execução dos trabalhos, segundo o enfoque técnico e metodológico de inovação proposto, além de ser avaliado o nível de atendimento às expectativas do Contratante quanto à forma de condução dos trabalhos de elaboração dos serviços objeto desta Licitação. **(Nota do Plano de Trabalho (NPT1) = Pontuação máxima = 25 pontos);**

$$NPT = NPM1 + NPT1$$

14.2.3 Critérios de Pontuação por Conceito

PARTE 01 - PROPOSTA TÉCNICA NPT = NPM1 + NPT1 + NPEB	NPM1	NPM1 - Nota Reconhecimento e Detalhamento Técnico: Pontuação máxima = 25 pontos					50	
		Critérios de Pontuação por Conceito						
		Itens Avaliados	Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente		Não abordado
		Conhecimento geral do escopo e suas interações com os intervenientes diretos na condução dos trabalhos no ambito municipal	5	4	2	1		0
		Descrição técnica das vias rurais, características locais, bairros de acessos e logística	10	8	5	2		0
		Proposição e descrição de soluções técnicas para as demandas do escopo	10	8	5	2		0
	Nota Máxima e Mínima		25		0			
	NPT1	NPT1 - Nota Metodologia de Trabalho: Pontuação máxima = 25 pontos						
		Critérios de Pontuação por Conceito						
		Itens Avaliados	Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente		Não abordado
		Conhecimento dos serviços, descrição e metodologia de execução das atividades	10	8	5	2		0
		Proposição de metodologias de controle de prazos e de inovação	10	8	5	2		0
		Conhecimento dos processos de orçamentação com base em tabelas referenciais do DER/PR e do DNIT	5	4	3	1		0
	Nota Máxima e Mínima		25		0			

- **Ótimo:** será aplicado quando o texto apresentar informações relevantes, for coerente, claro, objetivo, apresentado grau diferenciado de qualidade;
- **Bom:** será aplicado quando o texto contiver informações satisfatórias sobre o assunto em pauta, for coerente, claro, objetivo, e com qualidade na apresentação;
- **Regular:** será aplicado quando o texto contiver informações mínimas para a compreensão do assunto abordado e não tiver objetividade e clareza suficientes ou quando o assunto tiver abordagem restrita e sem definição objetiva;
- **Insuficiente:** será aplicado quando o texto e/ou as informações estiverem incompletos ou quando não forem abordados pontos fundamentais do problema ou ainda quando as informações forem insuficientes para a completa compreensão da proposta;
- **Não Abordado:** ou erroneamente abordado será aplicado quando o texto não considerar o tema indicado ou quando o texto e as informações não corresponderem ao objeto da proposta, ou ainda, quando estes forem contraditórios.

14.3 Critérios de Avaliação da Capacitação Técnica

14.3.1 Capacitação Técnica Operacional da Empresa Proponente: Os documentos comprobatórios da qualificação técnica da empresa proponente serão pontuados da seguinte maneira:

14.3.1.2 A melhor performance de elaboração de projeto executivo de engenharia está associada a execução no mínimo 10 km, em um único atestado acervado, cuja pontuação será de 20 (vinte) pontos. Além dessa condição de pontuação também é admissível execução de elaboração de projeto de pavimentação de rodovia rural, em dois ou três atestados acervados, conforme quadro a seguir.

CTP	CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL DA EMPRESA PROPONENTE			
	CTP - Nota Capacidade Técnica da Empresa: Pontuação máxima = 20 pontos			
	Certidões	1 certidão de 9km	2 certidões = 9Km	3 Atestados ou Mais
				Nenhum
	Pontuação	20	12	6
				0
	Nota Mínima (0) e Máxima (20)			

14.3.2 Capacitação Técnica Funcional do Profissional Habilitado: Os profissionais indicados para a qualificação técnica deverão atender aos seguintes requisitos:

- Os profissionais indicados deverão ter formação respectivamente em Engenharia Civil, ter tempo de formação superior a 10 (dez) anos;
- Comprovação de **tempo de experiência**, por currículo e/ou por declaração e/ou por carteira de trabalho e/ou contrato de trabalho com comprovação de vínculo, na função de Responsável Técnico ou de Coordenador na Elaboração de Anteprojetos ou Projetos Básicos ou Projetos Executivos de Obras Rodoviárias ou de Obras de Pavimentação Urbana;

Critérios de Pontuação:

CAPACITAÇÃO TÉCNICA FUNCIONAL DO PROFISSIONAL HABILITADO					
CTF - Nota Capacitação Técnica Funcional do Profissional Habilitado: Pontuação máxima = 30 pontos					
Critérios de Bonificação tempo extra de formação					
CTF	Profissional e tempo de formação	> 10 anos	> 11 anos	> 12 anos	> 13 anos
					> 14 anos
	Engenheiro Civil Sênior	10	15	20	25
					30
Nota Mínima (0) e Máxima (30)					

14.3.3 A Nota da Qualificação Técnica (NQT) será obtida pela soma da nota da Capacidade Técnica da Proponente (CTP) e da Nota da Capacidade Técnica Funcional (CTF)

$$NQT = CTP + CTF$$

14.4 A Nota Técnica Final (NTF) será formada pela soma da Nota da Proposta Técnica (NPT) com a Nota da Qualificação Técnica (NQT)

$$NTF = NPT + NQT$$

14.5 Julgamento:

14.5.1 O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA (NTF) e de PREÇO (NPP), obedecendo aos percentuais indicados neste edital;

14.5.2 O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada licitante se dará conforme critério abaixo, em conformidade com o art. 13, inciso III da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023

PARTE	PARCELAS	DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	Nota Máxima
PARTE ÚNICA NP = NPP	NPP	CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL DA EMPRESA PROPONENTE NPP - Nota da Proposta de Preço NPP = 100 x (X1 / X2) X1 = Valor da Proposta de menor valor global proposto entre os licitantes classificados (melhor proposta) X2 = Valor da Proposta de Preço	100

14.5.3 O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes será de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preço, da seguinte forma:

$$NF = 0,7 \times NTF + 0,3 \times NPP$$

Sendo:

NF = Nota Final;

NTF = Nota da Proposta Técnica Final;

NPP = Nota da Proposta de Preço

14.5.4 No cálculo da Nota Final da Proposta Técnica (NPT) e da Nota da Proposta de Preço (NPP),

serão consideradas apenas 03 (três) casas decimais, com arredondamento matemático;

14.5.5 Observado o disposto no subitem precedente, será declarada vencedora da fase de julgamento a licitante que atingir a maior NOTA FINAL, passando para fase de habilitação;

14.5.6 Havendo empate entre duas ou mais propostas na NOTA FINAL, serão adotados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

15.1 As proponentes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, sendo que as certidões, certificados e outros afins deverão estar com validade na data de abertura da licitação:

15.1.1 Procuração, por instrumento público ou particular, ou Carta Credencial, conforme modelo do **Anexo V – Carta Credencial** deste Edital;

15.1.2 Declaração indicando engenheiro(s) responsável(is) técnico(s), componente(s) da equipe técnica, que atenda(m) ao solicitado neste Edital para fins de qualificação técnico- profissional, nos termos do modelo do **Anexo VI – Declaração de Indicação de Profissionais** deste Edital. Os profissionais indicados pela licitante para fins de qualificação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada por Gestor de Contrato e ratificada pelo seu superior;

15.1.3 Declaração firmada pelo(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, autorizando sua inclusão na equipe técnica, nos termos do modelo do **Anexo VII – Declaração de Autorização de Equipe Técnica** deste Edital;

15.1.4 Declaração de Ciência, Aceite e Responsabilidade, conforme modelo do **Anexo VIII – Declaração de Ciência, Aceite e Responsabilidade** deste Edital;

15.1.5 Da visita técnica: é facultada à licitante a realização de visita técnica ao local onde serão realizados os serviços;

15.1.5.1 Se a licitante optar em realizar a visita técnica, deverá apresentar, nos termos do § 2º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, junto com os documentos para habilitação, atestado de visita ao local dos serviços emitido pelo Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, em nome da licitante, de que ela visitou os locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos até o dia de realização do certame. A visita ao local dos serviços deverá ser feita por Responsável Técnico(a) da licitante. A visita deverá ser programada no horário de expediente junto a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Todas as despesas referentes à visita serão de responsabilidade da licitante;

15.1.5.2 Se a licitante optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar, por idêntico, nos termos do § 3º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, junto com os documentos para habilitação, declaração formal assinada por Responsável Técnico(a), sob as penalidades da Lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, conforme modelo do **Anexo IX – Declaração de Opção de Não Realização de Visita Técnica** deste Edital;

15.1.6 Termo de Compromisso Relativo à Garantia de Execução, conforme modelo do **Anexo X – Termo de Compromisso Relativo à Garantia de Execução** deste Edital;

15.1.7 Declaração sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme modelo do **Anexo XI – Declaração “LGPD”** deste Edital; e,

15.1.8 Para o caso de consórcio, deverá ser apresentado, ainda, o compromisso de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelos consorciados, em que constará:

a) indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório. No caso consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;

b) designação do representante do consórcio, que deverá estar vinculado à pessoa jurídica responsável pelo consórcio;

c) objetivos do consórcio;

- d) composição do consórcio com o nome dos consorciados e o respectivo percentual de participação de cada consorciado;
- e) prazo de duração do consórcio, que deverá ser o necessário à conclusão dos serviços licitados mais 180 (cento e oitenta) dias corridos;
- f) cláusula de responsabilidade solidária e integral dos consorciados pelos atos praticados sob consórcio e independentemente do percentual de participação de cada consorciado em relação à presente licitação e ao eventual contrato dela decorrente;
- g) compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá solidariamente por todas as exigências pertinentes à presente licitação até a conclusão dos serviços e de sua aceitação definitiva mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo dos serviços executados, bem como pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o Art. 618 do Código Civil; e,
- h) compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa anuência do Município de Guaratuba.

15.1.10 HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1.10.1 A licitante deverá demonstrar sua habilitação jurídica mediante a apresentação de, conforme o caso:

- a) registro comercial para empresa individual; ou,
- b) inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício; ou,
- c) contrato social e suas alterações ou estatuto e atas de assembleia devidamente registrado(s) na Junta Comercial que revelem os atuais administradores da companhia e o capital social atualizado, se houver.

15.1.10.2 As provas de que tratam o subitem anterior poderão ser feitas por certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou, no caso de sociedades não empresárias (alínea “b”) por certidão, em breve relato, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

15.1.10.3 Quando se tratar de consórcio, cada consorciado deve apresentar os documentos relacionados nos subitens anteriores deste Edital.

15.1.11 HABILITAÇÃO TÉCNICA

15.1.11.1 A licitante deverá demonstrar sua qualificação técnico-operacional mediante a apresentação de Certificado de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, atendendo ao disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com o Art. 1º da Resolução n.º 413, de 27 de junho de 1997, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a) razão social;
- b) endereço;
- c) atividade;
- d) número e data do registro;
- e) ramo/atividade; e,
- f) nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s).

15.1.11.2 Comprovação mediante Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões), expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a licitante tenha executado serviços em quantidades iguais ou superiores conforme **item 15.1.2 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

15.1.11.2.1 Observações:

a) a(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) indicar a licitante como executora e estar vinculado(s) à(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT do registro no CREA do profissional que atuou como responsável técnico pelo(s) serviço(s), ou estar vinculado(s) à(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional – CAO da licitante, em decorrência da Resolução n.º 1.137, de 31/03/2023, do CONFEA.

b) Deverão ser apresentados os dois documentos, Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) e a(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou a(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional – CAO.

c) a(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser fornecido(s) pelo(s) respectivo(s) contratante(s). Será(ão) aceita(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) de serviços legalmente subempreitados, desde que a(s) subcontratação(ões) seja(m) devidamente autorizada(s) pelo(s) respectivo(s) contratante(s) principal(is), proprietário(s) do(s) serviço(s). Neste caso, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios da autorização de subcontratação.

d) em caso de apresentação por licitante de Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) emitido(s) em favor de consórcio do qual tenha feito parte, não havendo identificação neste(s) ou na constituição do consórcio das atividades desempenhadas pelos consorciados individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica: (i) caso a(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) tenha(m) sido emitida(s) em favor de consórcio homogêneo (empresas com objeto social similar), todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas; ou, (ii) caso a(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) tenha(m) sido emitida(s) em favor de consórcio heterogêneo (empresas com objetos sociais diferentes), as experiências deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

e) quando se tratar de consórcio licitante, a comprovação de qualificação técnico-operacional poderá ser considerada pelo somatório das capacidades de cada consorciado.

15.1.11.1.3 Demais requisitos de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional que eventualmente sejam solicitados pelo **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

15.1.11.2 A licitante deverá demonstrar sua qualificação técnico-profissional mediante a apresentação de:

15.1.11.3 Do(s) Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s):

15.1.11.3.1 Certificado de Registro no CREA do(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para atuar nos serviços;

15.1.11.3.2 Comprovação de que o(s) engenheiro(s) responsável(s) técnico(s) indicado(s) pela licitante pertença(m) ao quadro permanente de empregados da licitante na data da abertura da licitação através ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou de seu(s) respectivo(s) Contrato(s) de Prestação de Serviços, ou de declaração(ões) de que estará(ão) disponível(is) na data da celebração do contrato, nos termos do modelo do **Anexo VII – Declaração de Autorização de Equipe Técnica** deste Edital, ou, caso o(s) engenheiro(s) civil(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante seja(m) o(s) proprietário(s) da mesma, deverá(ão) fazer prova através do Contrato ou Estatuto Social;

15.1.11.3.3 Comprovação mediante Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante para esta licitação tenha(m) participado da execução dos serviços conforme **item 15.2.1 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

15.1.11.3.3.1 Observações

a) a(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser fornecido(s) pelo(s) respectivo(s) contratante(s) e estar vinculado(s) à(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT do registro no CREA do profissional que atuou como responsável técnico pelo(s) serviço(s). Deverão ser apresentados os dois documentos, Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) e a(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT.

b) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) poderá(ão) ser apresentada(s) individualmente para cada serviço.

15.1.11.3.4 As substituições de profissionais serão avaliadas pelo contratante, e só serão permitidas mediante justificativa, e se o novo profissional atender aos requisitos deste Edital.

15.1.12 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.1.12.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (cartão CNPJ/MF);

15.1.12.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município onde estiver sediada a licitante, através da apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral ou documento equivalente, expedido pela Receita Municipal, que comprove a referida inscrição;

15.1.12.3 Certidão de Regularidade quanto aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

15.1.12.4 Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado onde estiver sediada a licitante;

15.1.12.5 Se a sede da licitante for em outro Estado, deverá apresentar, inclusive, a Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado do Paraná;

15.1.12.6 Certidão de Regularidade com a Fazenda do Município onde estiver sediada a licitante;

15.1.12.7 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF; e,

15.1.12.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.1.12.9 Quando se tratar de consórcio, cada consorciado deve apresentar os documentos relacionados nos subitens anteriores deste Edital.

15.1.13 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1.13.1 A licitante deverá demonstrar sua habilitação econômico-financeira mediante a apresentação de:

15.1.13.1.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, dentro do prazo de validade do documento. A licitante em recuperação judicial só poderá ser habilitada se apresentar a comprovação da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e a certidão que atesta a aptidão econômica e financeira para o certame. Em se tratando de licitante subsidiária integral, caso sua controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vistas a assegurar a execução do contrato. Os licitantes que se encontram em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira; e,

15.1.13.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. As licitantes criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

15.1.13.2 Serão considerados aceitos balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis: (i) publicados em Diário Oficial, (ii) publicados em jornal, (iii) por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente, ou ainda, (iv) aqueles transmitidos via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (com o seu respectivo recibo de entrega de escrituração contábil digital), inclusive com os termos de abertura e encerramento.

15.1.13.3 O balanço patrimonial da sociedade anônima ou por ações deverá ser o aprovado em Assembleia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o da de capital aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O balanço patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “livro diário” contendo identificação completa da licitante, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento. Os termos deverão estar registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente, ou ainda, aqueles transmitidos via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (com o seu respectivo recibo de entrega de escrituração contábil digital), inclusive com os termos de abertura e encerramento.

15.1.13.4 Quando se tratar de consórcio, cada consorciado deve apresentar os documentos relacionados nos subitens anteriores deste Edital.

16. JULGAMENTO E ANÁLISE

16.1 No julgamento e análise da licitação, atendidos satisfatoriamente os requisitos referentes à proposta de preços, à proposta técnica, à documentação para habilitação e aos demais constantes neste Edital, será considerada vencedora a licitante que apresentar a maior pontuação final para a execução dos serviços.

16.2 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021. O critério previsto no inciso I do Art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021 será aplicado apenas com relação à proposta de preços.

16.3 PROPOSTA DE PREÇOS

16.3.1 O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA (NTF) e de PREÇO (NPP), obedecendo aos percentuais indicados neste edital.

16.3.2 O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada licitante se dará conforme critério abaixo:

O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada licitante se dará conforme critério abaixo, em conformidade com o art. 13, inciso III da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

PARTE	PARCELAS	DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	Nota Máxima
PARTE ÚNICA NP = NPP	NPP	CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL DA EMPRESA PROPONENTE NPP - Nota da Proposta de Preço $NPP = 100 \times (X1 / X2)$ X1 = Valor da Proposta de menor valor global proposto entre os licitantes classificados (melhor proposta) X2 = Valor da Proposta de Preço	100

16.3.3 Será desclassificada a proposta que:

- contenha vícios insanáveis;
- não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;
- apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;
- não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;
- apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável; e,
- indique mês de referência diferente do orçamento base da Administração.

16.3.4 Critério de aceitabilidade de preços: o preço total da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela Administração Pública. A proposta também não poderá apresentar preços unitários por produto de Estudos e por produto de Projetos a serem pagos superiores aos preços unitários estabelecidos no Orçamento deste Edital.

16.3.5 Consideram-se inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

16.3.5.1 A Comissão de Contratação deverá conferir aos licitantes a oportunidade de demonstrar a exequibilidade das suas propostas, podendo realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada. As licitantes deverão demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

16.3.6 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação e com este Edital.

16.4 PROPOSTA TÉCNICA

16.4.1 A **Nota Técnica Final (NTF)** será formada pela soma da Nota da Proposta Técnica (NPT) com a Nota da Qualificação Técnica (NQT).

$$NTF = NPT + NQT$$

16.5 NOTA FINAL

16.5.1 O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes será de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preço, da seguinte forma:

$$NF = 0,7 \times NTF + 0,3 \times NPP$$

16.5.2 Sendo:

$$\begin{aligned} NF &= \text{Nota Final} \\ NTF &= \text{Nota da Proposta Técnica Final} \\ NPP &= \text{Nota da Proposta de Preço} \end{aligned}$$

16.5.3 No cálculo da Nota Final da Proposta Técnica (NPT) e da Nota da Proposta de Preço (NPP), serão consideradas apenas 03 (três) casas decimais, com arredondamento matemático.

16.5.4 Observado o disposto no subitem precedente, será declarada vencedora da fase de julgamento a licitante que atingir a maior NOTA FINAL, passando para fase de habilitação.

16.6 HABILITAÇÃO

16.6.1 No exame dos documentos da fase de Habilitação serão considerados:

- A – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE E DO(S) PROFISSIONAL(IS)*
- B – ÍNDICES FINANCEIROS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMOS*
- C – ATENDIMENTO ÀS DEMAIS CONDIÇÕES DO EDITAL*

16.6.1.1 Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem a qualquer um dos tópicos mencionados no subitem acima.

- A – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE E DO(S) PROFISSIONAL(IS)*

16.6.2 Com relação à experiência da licitante e do(s) profissional(is), deverá ser atendido integralmente o previsto neste Edital e no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital sobre habilitação técnica.

- B – ÍNDICES FINANCEIROS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMOS*

16.6.3 A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá constar de cálculos demonstrativos dos seguintes índices contábeis:

16.6.3.1 Índice de Liquidez Geral (ILG), que deverá ser igual ou maior que 1,00 (um), calculados pela fórmula:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)} \geq 1,00$$

16.6.3.2 Índice de Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser igual ou maior que 1,00 (um), calculados pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$$

16.6.3.3 Índice de Solvência Geral (ISG), que deverá ser igual ou maior que 1,00 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{(PC + ELP)} \geq 1,00$$

16.6.3.4 Os elementos das fórmulas contidas nos subitens acima são os obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível (o penúltimo balanço patrimonial será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da licitante), e são discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral
ILC = Índice de Liquidez Corrente
ISG = Índice de Solvência Geral
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

16.6.3.5 Quando se tratar de consórcio, cada consorciado deverá atender aos índices financeiros mínimos exigidos, individualmente.

C – ATENDIMENTO ÀS DEMAIS CONDIÇÕES DO EDITAL

16.6.4 Também será exigido Patrimônio Líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, e será obtido através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível (o penúltimo balanço patrimonial será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da licitante).

16.6.5 Os demais documentos para habilitação somente serão aceitos atendendo ao solicitado neste Edital.

16.6.6 Quando se tratar de consórcio, fica estabelecido acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de Patrimônio Líquido mínimo de licitante individual no item anterior para a habilitação econômico-financeira, admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

17. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

17.1 A Comissão de Contratação dará ciência aos interessados do resultado do julgamento das propostas de preços, das propostas técnicas e da análise da habilitação por meio dos sítios www.gov.br/compras e <https://cidadao.guaratuba.pr.gov.br/> o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de preços e das propostas técnicas em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

18. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

18.1 Declarada a vencedora do certame, qualquer outra licitante poderá, em campo próprio do sistema do sítio www.gov.br/compras, manifestar imediatamente a intenção de recorrer.

18.2 A falta de manifestação da licitante quanto à intenção de recorrer em campo próprio do sistema implica na decadência do direito de interposição de recurso, ficando o Município de Guaratuba autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

18.3 À recorrente será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da declaração da vencedora, para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

18.4 O acolhimento de recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no site <https://cidadao.guaratuba.pr.gov.br/>

18.5 Os recursos e as contrarrazões deverão ser enviados, tempestivamente, por meio do sistema eletrônico do sítio www.gov.br/compras ou através do licitacao@guaratuba.pr.gov.br.

18.6 A proposta de preços, a proposta técnica e os documentos para habilitação da licitante declarada vencedora permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico do sítio www.gov.br/compras. Os interessados também poderão solicitar vistas à proposta de preços, à proposta técnica e aos documentos para habilitação da licitante declarada vencedora através do licitacao@guaratuba.pr.gov.br

18.7 Caso a Comissão de Contratação decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá, ratificar ou não, a decisão da Comissão de Contratação antes da adjudicação.

18.8 Caso não ratifique a decisão da Comissão de Contratação, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

18.9 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.

18.10 O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será aceito.

19. ENCERRAMENTO

19.1 Finalizada a fase recursal e definido o resultado final, o Município poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

19.2 Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou,
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

19.3 A Administração Municipal dará ciência aos interessados do resultado final, da adjudicação e da homologação do certame por meio dos sítios www.gov.br/compras e <https://cidadao.guaratuba.pr.gov.br/>

19.4 É facultado ao Município, quando o convocado ou não assinar o termo de contrato, ou não aceitar, ou não retirar o instrumento, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; e,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.6 Será facultado ao Município a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de extinção contratual, observados os mesmos critérios acima, estabelecidos nos §§ 2º e 4º do Art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

20. DURAÇÃO DO CONTRATO

20.1 A vigência do contrato terá início com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município e perdurará até 180 (cento e oitenta) dias corridos após o término do prazo previsto para a execução dos serviços.

20.2 O prazo para a execução dos trabalhos será aquele estabelecido no item 1 deste Edital, contado a partir da data fixada para seu início na respectiva Ordem de Serviço, a ser expedida pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

20.3 O prazo de duração do contrato poderá ser prorrogado, na forma da Lei.

20.4 Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar à Fiscalização Municipal, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) indicados pela licitante para a licitação.

20.4.1 Se a licitante vencedora não for registrada no CREA do Estado do Paraná, deverá apresentar para a assinatura do contrato ao mínimo o protocolo de pedido de registro no CREA/PR, tendo até 90 (noventa) dias corridos para apresentar o referido registro.

21. SUBCONTRATAÇÃO

21.1 A subcontratação será permitida na hipótese e condições previstas no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

22. GARANTIA CONTRATUAL

22.1 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; ou,
- b) fiança bancária; ou,
- c) seguro-garantia; ou,
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

22.2 Será exigida a prestação de garantia em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

22.3 A garantia deverá ser apresentada à Secretaria Responsável em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da convocação da licitante vencedora, para assinatura do respectivo termo contratual, observando-se o seguinte:

- a) quando realizada em dinheiro, mediante entrega do comprovante, devidamente autenticado, de depósito efetuado junto a Instituição Financeira, através de guia própria, e nas demais modalidades, mediante apresentação do original do título próprio; e,
- b) se oferecida nas modalidades de seguro-garantia ou fiança bancária, as respectivas apólices deverão consignar, expressamente, que garantem a satisfação do escopo e abrangem toda e qualquer multa imposta à contratada decorrente da execução do objeto.

22.4 A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de contrato, o prazo para recebimento definitivo dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no contrato.

22.5 Para o caso de garantia adicional a que se refere o § 5º do Art. 59 da Lei Federal n.º 14.133/2021, deverá ser apresentada conforme modalidades indicadas neste Edital.

22.6 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

23. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

23.1 A contratada deverá cumprir as condições previstas no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

24. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1 Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado;

24.2 Informar e manter atualizadas as informações para contato, como números de telefone, endereço e *e-mail*, bem como indicação dos representantes autorizados para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração;

24.3 Assegurar, durante a execução dos serviços, a proteção e a conservação destes, de forma que seja mantida a sua integridade;

24.4 Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;

24.5 Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local dos serviços a qualquer momento, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta, pertencam seus fiscalizadores ao contratante ou a terceiros por estes credenciados;

24.6 Providenciar a legalização dos serviços junto aos órgãos competentes, por sua conta e responsabilidade, quando necessário;

24.7 Providenciar, se couber, sem ônus para o Município e no interesse da segurança dos usuários da via e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas do estadual ou do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Ministério do Trabalho;

24.8 Responsabilizar-se pela produção ou aquisição dos materiais necessários e seus respectivos transportes;

24.9 Manter no local dos serviços a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

24.10 Zelar pela integridade dos bens vinculados às atividades dos serviços;

24.11 Responsabilizar-se pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

24.12 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato. A inadimplência do contratado quanto a esses encargos não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização deste;

24.13 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes decorrentes da execução dos serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou danificação dos serviços até a sua definitiva aceitação pelo contratante, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública;

24.14 Cumprir as demais obrigações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

24.15 Do contrato, regulado pelas instruções constantes neste Edital e seus Anexos, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços objeto desta licitação.

24.16 Fica determinado que os projetos, especificações e toda a documentação relativa aos serviços são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

25. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

25.1 Emitir as convocações, as ordens formais de execução e o termo de contrato relativos ao objeto da licitação;

25.2 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;

25.3 Rejeitar, no todo ou em parte, a execução em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada, e com as especificações deste Edital e seus Anexos;

25.4 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

25.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação;

25.6 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

25.7 Cumprir as demais obrigações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital;

e,

25.8 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso, se couber, ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

26. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

26.1 Para assinatura do contrato fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da convocação expressa da licitante vencedora pelo Município.

26.2 Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pelo Município.

26.3 A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato no prazo estabelecido pelo Município caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

26.4 Quando da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar: garantia, nos moldes previstos neste Edital.

26.5 A licitante não poderá apresentar pendências no Município de Guaratuba e da sua Sede, por ocasião da lavratura/assinatura do contrato.

26.6 A contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ao município do local da prestação dos serviços, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

26.7 O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

27. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

27.1 As medições serão procedidas mensalmente, conforme disposições do **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

27.2 O Fiscal de Contrato deve comunicar expressamente à contratada que procedeu a medição dos serviços, informar o período e o valor para a emissão da respectiva nota fiscal. No caso de consórcio, a medição dos serviços será efetuada em nome do consórcio e as respectivas notas fiscais podem ser emitidas em nome de cada consorciado no percentual de sua participação.

27.3 A Contratada deve apresentar ao Gestor do Contrato a respectiva nota fiscal para o devido atesto, bem como “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos” (DCTFweb), indicando o número da respectiva matrícula CEI junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS relativa ao objeto, e a Guia do FGTS Digital (GFD), ambas devidamente quitadas.

27.4 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em até 30 (trinta) dias corridos de prazo, contados da data do atesto na respectiva nota fiscal. Quando se tratar de consórcio, o pagamento será efetuado em nome do consórcio.

27.5 O pagamento será efetuado de acordo com o valor medido no período, em face do previsto no cronograma apresentado pelo contratado no Plano de Trabalho e aprovado pela Fiscalização.

27.6 Durante toda a vigência do contrato, a contratada deve:

a) manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Edital; e,

b) apresentar, mensalmente, a “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos” (DCTFweb), indicando o número da respectiva matrícula CEI junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS relativa ao objeto, e a Guia do FGTS Digital (GFD), ambas devidamente quitadas, e sempre que solicitado, outros documentos necessários como requisito para pagamento, especialmente no que se refere à regularidade fiscal e trabalhista.

27.7 Os preços contratuais, quando for o caso, sofrerão reajustes nos termos da Lei Federal n.º 10.192/2001, ou legislação superveniente que venha a regulamentar a matéria.

27.8 O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{l_i}{l_0} - 1 \right) \times Vr$$

$$\left(\frac{l_i}{l_0} - 1 \right) = K$$

27.9 Onde:

K = Fator de reajustamento
R = Valor do reajustamento procurado
Vr = Valor da fatura a ser reajustada

27.10 O índice de preços inicial (I₀) será o índice econômico vigente no mês a que se referir a proposta. O índice de preços (I_i) será o índice econômico vigente no mês do vencimento do período de 1 (um) ano, contado do mês a que se referir a proposta.

27.11 Os reajustamentos terão fator constante em cada período de 1 (um) ano. A cada período de 1 (um) ano proceder-se-á novo reajustamento. A periodicidade do reajustamento poderá ser reduzida através de legislação superveniente.

27.12 O reajustamento dos preços contratuais, quando for o caso, ocorrerá com a variação do seguinte índice, publicado na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas:

– Consultoria, Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas - Obras Rodoviárias - Consultoria (coluna 39).

27.12.1 Quando couber reajustamento, o vencimento da(s) fatura(s) dar-se-á no mesmo prazo previsto nos subitens anteriores.

28. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

28.1 Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas, os valores serão atualizados monetariamente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde o dia imediatamente posterior a data do seu vencimento até aquele de seu efetivo pagamento.

29. IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO LICITANTE OU PELO CONTRATADO

29.1 A licitante ou o contratado que incorram nas infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade, previstas no Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

29.2 A sanção de multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.

29.2.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

29.2.2 A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública.

29.3 Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II do Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no Art. 162 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

29.3.1 A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

29.4 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na legislação ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

29.5 Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida legislação.

29.6 O processamento do processo administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

29.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme Art. 419 do Código Civil.

29.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

29.9 Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

29.10 As sanções aplicadas serão informadas e atualizadas para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

29.11 Também deverão ser observadas eventuais demais disposições do **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 O Termo de Julgamento será gerado eletronicamente pelo sistema do sítio www.gov.br/compras após o encerramento da sessão pela Comissão de Contratação, contendo o registro das licitantes participantes e os dados da sessão. Os demais atos licitatórios registrados no certame serão disponibilizados no <https://cidadao.guaratuba.pr.gov.br/>

30.2 As licitantes deverão examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da proposta submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

30.3 No caso de eventual divergência entre este Edital e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

30.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado ou, caso tenha sido a adjudicatária, a extinção do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

30.5 O Município reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura das propostas ou dos documentos para habilitação, e desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante caso tome

conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial desta, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

30.6 Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal do Município, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

30.7 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta licitação, fica eleito pelos contratantes o Foro da Comarca de Guaratuba, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.8 Fazem parte integrante do presente Edital, os seguintes

Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Orçamento do Projeto;

Anexo III – Carta Proposta;

Anexo IV – Carta Credencial;

Anexo V – Declaração de Ciência, Aceite e Responsabilidade;

Anexo VI - Declaração “LGPD”;

Anexo VII – Minuta de Contrato Administrativo

Anexo VIII - Declaração de Opção de Não Realização de Visita Técnica;

Anexo IX - Declaração de Indicação de Profissionais;

Anexo X – Declaração de Autorização de Equipe Técnica;

Anexo XI – Termo de Compromisso Relativo à Garantia de Execução;

Guaratuba, 13 de maio de 2026

Assinado por:

Vilmar Faria Silva

13/05/2026 - 17:47

8UNADSUBQLW41PCXWA0ZLW

VILMAR FARIA SILVA

Secretário

Secretaria Municipal do Urbanismo
Prefeitura de Guaratuba



Rua Dr. João Cândido, 380 - Centro
Guaratuba - Paraná | CEP 83.280-000
Fone 41. 3472 8500

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – ORÇAMENTO DO PROJETO EXECUTIVO

Anexo III – MODELO CARTA PROPOSTA

Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Referência: Concorrência Eletrônica ____/2026

Objeto: _____

A licitante _____, CNPJ n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) ____-____, e-mail _____, neste ato representada seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, abaixo assinado(a), propõe ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA a execução dos serviços de [Objeto], lote _____, conforme Edital em epígrafe, de acordo com as planilhas de preços e de quantidades apresentados e nas seguintes condições:

- a) Preço Total: R\$ _____ (em valor número e por extenso);
- b) Mês de referência da proposta: Janeiro/2026;
- c) A validade da proposta é de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, a contar da data da abertura da licitação.
- d) O prazo de execução dos serviços é em dias corridos, conforme definidos no Edital e Anexos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, a ser expedida pelo Município Contratante;
- e) O pagamento deverá ser efetuado conforme estabelecido no Edital e legislação vigente;
- f) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar a ata de registro de preços, no prazo determinado no documento de convocação.

A licitante, ainda, declara que em sua proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Contratante, atendendo inclusive as normas do erigida no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

Na execução dos serviços, a licitante observará rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Município Contratante, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

_____, ____ de _____ de 20____.

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável ou Representante Legal da Licitante

Preferencialmente em papel timbrado da licitante

ANEXO IV – MODELO DE PROCURAÇÃO¹ e CARTA CREDENCIAL

OUTORGANTE: _____, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO: _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado no(a) _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Concorrência n.º ____/____, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances na concorrência, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

_____, ____ de _____ de 20__.

[Identificação]

Ou

MODELO - CARTA CREDENCIAL
Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA,

Referência: Concorrência n.º ____/20__.

Objeto: _____

O(A) abaixo assinado(a), responsável legal pela licitante _____, CNPJ/MF n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) _____ - _____, e-mail _____, vem, pela presente, informar a V.S.as. que o senhor(a) _____, CPF n.º _____, é a pessoa designada para representar nossa licitante na licitação acima referida.

_____, ____ de _____ de 20__.

Atenciosamente,

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável Legal da Licitante _____

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, ACEITE E RESPONSABILIDADE

Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Referência: Concorrência Eletrônica ____/2026

Objeto: _____

A licitante _____, CNPJ n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) _____-____, e-mail _____, neste ato representada seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, abaixo assinado(a), **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- a) que assume inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação, pela autenticidade de todos os documentos apresentados e ainda que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) que leu, entendeu e que aceita integral e irretratavelmente os termos do Edital da licitação em epígrafe e todos os seus Anexos;
- c) que não adulterou nem ocultou nenhum fato substancial durante os processos de seleção, aquisição, negociação e execução do contrato;
- d) que não foi declarada inidônea nem está impedida de participar desta licitação;
- e) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. [Caso haja necessidade de ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (...)];
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal; e,
- g) que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido no Edital.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável ou Representante Legal da Licitante

Preferencialmente em papel timbrado da licitante

ANEXO VI – DECLARAÇÃO – “LGPD”

Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Referência: Concorrência Eletrônica ____/2026

Objeto: _____.

A licitante _____, CNPJ n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) _____-____, e-mail _____, neste ato representada seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, abaixo assinado(a), **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. Como condição para participar do procedimento de contratação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública; e,
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável ou Representante Legal da Licitante

Preferencialmente em papel timbrado da licitante

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Ao

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20____, GMS n.º ____/20____(CONC-e).

Objeto: _____.

A licitante _____, CNPJ/MF n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) _____-_____, e-mail _____, neste ato representada seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, abaixo assinado(a), declara que optou em não realizar a visita técnica, que examinou os documentos anexos ao Edital e conhece todas as particularidades do local dos serviços, bem como assume eventuais dificuldades que possam interferir ou prejudicar a execução dos trabalhos, estando ciente da impossibilidade de alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento de fatos que possam projetar impedimento no cumprimento do objeto contratual.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável ou Representante Legal da Licitante

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Referência: Concorrência eletrônica ____/2025

Objeto: _____

A licitante _____, CNPJ n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) _____-_____, e-mail _____, neste ato representada seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, abaixo assinado(a), indica o(s) seguinte(s) profissional(is), para atendimento do Edital na execução dos serviços de [Objeto]:

Engenheiro(a)(s) Responsável(is) Técnico(a)(s):

[Identificação do (a) (s) profissional (is)].

Declara-se, também, ciência de que este (a) (s) profissional (is) só poderá (ão) ser substituído (a) (s) por outro (a) (s) com qualificações idênticas ou superiores às exigidas no Edital, e sob a aprovação do Contratante.

_____, ____ de _____ de 2025

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável ou Representante Legal da Licitante

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Referência: Concorrência eletrônica ____/2026

Objeto: _____

[Identificação do(a) profissional], portador(a) do CPF n.º _____ e CREA n.º _____, autorizo minha inclusão como engenheiro(a) responsável técnico(a) na equipe técnica do objeto da licitação em epígrafe, e declaro, sob pena da Lei, que estarei disponível para a execução dos serviços para o qual fui designado(a), caso esta licitante sagre-se vencedora da licitação.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 20__.

[Identificação do(a) profissional] – CPF n.º _____ – CREA n.º _____

Preferencialmente em papel timbrado da licitante

ANEXO XI – TERMO DE COMPROMISSO RELATIVO À GARANTIA DE EXECUÇÃO

Ao MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Referência: Concorrência eletrônica ____/2026

Objeto: _____

A licitante _____, CNPJ n.º _____, com sede no município de _____, Estado do _____, sito à _____, n.º _____, CEP n.º _____, telefone (____) _____-_____, e-mail _____, neste ato representada seu(ua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, abaixo assinado(a), em conformidade com o disposto no Edital, declara que executará os serviços de [Objeto], e que tem ciência de que a garantia de cumprimento do contrato referente à licitação em epígrafe deverá ser entregue à Secretaria Responsável logo que convocada, e será analisada pelo Contratante. Após a assinatura do contrato pelas partes contratantes, os eventuais ajustes, correções ou complementações de dados verificados em análise do contratante serão atendidos por esta licitante, mediante endosso ou apresentação de nova garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de notificação.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

[Identificação] – CPF n.º _____ – Responsável ou Representante Legal da Licitante

Preferencialmente em papel timbrado da licitante